



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO**

PORTARIA N.º 713/2005 – DF, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2005.

Institui formulário de Pedido de Autorização  
de Despesa – PAD

**O DIRETOR DO FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução n.º 444, de 9 de junho de 2005, do Conselho de Justiça Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica instituído o formulário de Pedido de Autorização de Despesa – PAD -, modelo anexo, de preenchimento obrigatório em todas as aquisições de bens e serviços, bem como nas modificações de contratos que acarretarem aumento de despesas, por parte da Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco.

§ 1.º Considera-se contrato todo e qualquer ajuste com particulares, em que haja acordo de vontade para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas, independentemente da denominação utilizada.

§ 2.º As modificações de contrato a que alude este artigo abrangem os reajustes, revisões, repactuações, prorrogações de vigência e alterações qualitativas e quantitativas do objeto contratado.

Art. 2.º Tratando-se de contratações, o formulário de Pedido de Autorização de Despesa – PAD – deverá estar acompanhado de projeto básico, termo de referência ou solicitação de fornecimento ou de serviço, conforme o caso, além de outros elementos necessários para a melhor instrução da contratação.

Art. 3.º Tratando-se de modificações de contrato a que se refere o § 2º do art. 1º desta Portaria, o formulário de Pedido de Autorização de Despesa – PAD – deverá estar acompanhado dos elementos necessários para justificativa da alteração, bem como instruído com memorial de cálculo que demonstre o impacto orçamentário-financeiro.

Art. 4.º Ficam revogadas a Ordem de Serviço n.º 03/2001-DF e todas as disposições em contrário.

Art. 5.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO JOSÉ PINTO DE AZEVEDO

**ANEXO À PORTARIA N.º 713/2005-DF  
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – PAD**

<b>UNIDADE SOLICITANTE:</b>			<b>1</b>	
<b>DATA DE EMISSÃO:</b>				
<b>DESCRIÇÃO:</b>				
<b>JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO:</b>				
<b>MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:</b>				
<b>FUNDAMENTO LEGAL:</b>				
<b>CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b>		<b>Elemento de Despesa:</b>		
Programa de Trabalho:				
<b>ESTIMATIVA DA DESPESA: R\$</b>				
<b>IMPACTO ORÇAMENTÁRIO</b>				
<input type="checkbox"/> A futura contratação/alteração contratual acarretará aumento de despesa apenas no corrente exercício, tendo adequação com a Lei Orçamentária vigente, conforme demonstrativo abaixo <input type="checkbox"/> A futura contratação/alteração contratual acarretará aumento de despesa no corrente exercício e no(s) exercício(s) subsequente(s), tendo adequação com a Lei Orçamentária vigente e com a Lei Orçamentária do(s) exercício(s) futuro(s), conforme demonstrativo abaixo				
PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	EXERCÍCIO		
		200_	200_	200_
			Recife, / /200_	
<b>Supervisão da Seção de Material e Patrimônio</b>				
			<b>2</b>	
<input type="checkbox"/> Há disponibilidade orçamentária, ficando registrado(s) o(s) impacto(s) informado(s) acima, o(s) qual(is) será(ão) computado(s) oportunamente no registro orçamentário das despesas desta Seção Judiciária <input type="checkbox"/> Não há disponibilidade orçamentária				
			Recife, / /200_	
<b>Supervisão da Seção Financeira</b>				
Recebido e apreciado o processo em / /200_			<b>3</b>	
Submetido à aprovação do ordenador de despesa em / /200_				
			Recife, / /200_	
<b>Direção da Secretaria Administrativa</b>				
			<b>4</b>	
<input type="checkbox"/> Declaro que a despesa guarda compatibilidade com o disposto no art. 16, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 101/2000, nos termos acima indicados, e autorizo providências para contratação/alteração contratual <input type="checkbox"/> Não aprovo a contratação/alteração contratual				
			Recife, __/__/200_	
<b>Ordenador de Despesa</b>				